

2016 Plano de Atividad Orçamento Mapa de Pessoal

Plano de Atividades





_Mensagem do Presidente

Os documentos previsionais de 2016 assentam, de uma forma geral, na manutenção das atividades e ações que ao longo dos últimos anos têm constituído a prática da Junta de Freguesia.

Em primeiro lugar importa referir que os documentos agora apresentados refletem de uma forma específica o conhecimento quer da estrutura de receita, quer da estrutura de despesa da Junta de Freguesia. Tal fato prende-se com a prática recorrente de execução orçamental da receita, que ao longo dos anos se verifica rondarem os 100%. Significa pois que todo o orçamento e atividades da Junta de Freguesia são elaborados de forma realista no quadro das competências e atribuições, próprias e delegadas, que constituem a ação ao longo do ano.

No quadro da receita não estão previstas grande oscilações, comparativamente ao ano anterior, existindo no entanto a expetativa de, no quadro da nova correlação de forças ao nível parlamentar, as autarquias locais, e as freguesias em particular, poderem caminhar para a reposição de valores e montantes que ao longo dos últimos anos lhes foram subtraídos.

Em segundo lugar é importante referir que no quadro das competências delegadas pelo município, temos assistido a uma concertação quer no âmbito da concretização das mesmas, com a previsão das necessidades de meios, quer no âmbito dos recursos financeiros que a suportam. Para o ano de 2016, e dando sequência à avaliação realizada, perspetiva-se um reforço dos recursos por parte do município, em particular no que diz respeito à Limpeza de Bermas e Passeios, e o aprofundamento do processo de descentralização que se iniciou em 2010.

Em terceiro lugar, e no que diz respeito a recursos humanos, perspetiva-se a possibilidade de abertura de concurso a termo resolutivo incerto para 3 lugares da carreira e categoria de Assistente Operacional, para fazer face às verdadeiras necessidades no âmbito dos Acordos de Execução e Contratatos Interadministrativos, estando este processo obviamente dependente das regras impostas pela próxima Lei de Orçamento de Estado. De igual forma, coloca-se no orçamento, em termos preventivos, a possibilidade de alteração do posicionamento remuneratório dos atuais trabalhadores, condicionado também à LOE.

Em quarto lugar, e numa perspetiva global, referimos que a proposta agora apresentada, resulta de uma avaliação das ações e atividades com maior relevo, e que terão a sua continuidade em 2016, ás quais se irão acrescentar novas iniciativas, que não apresentarão grandes encargos financeiros, tendo em conta a capacidade da própria Junta de Freguesia. Relembramos que durante este ano estará em plenas funções mais um equipamento da Junta de Freguesia, o Lugar da Terra, para o qual irá ser necessário realizar uma aposta em atividades regulares e cujas despesas de funcionamento irão certamente se traduzir em mais um encargo significativo para a freguesia.

Assim, e ouvindo todas as forças politicas com assento nos órgãos da Freguesia, procuraremos, por um lado dar cumprimento às propostas da Junta de Freguesia e às boas práticas constituídas até agora, e incorporar um conjunto de iniciativas propostas, no âmbito do Plano de Atividades, com a certeza de que com o apoio de todos, conseguiremos uma vez mais elevar o trabalho em prol da população da freguesia.

Francisco Jesus





Índice

Introdução
Plano de Atividades
Resumo do Orçamento
Orçamento da Receita
Orçamento da Despesa
Conclusão







Introdução

O Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais - POCAL, aprovado ao abrigo do Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei 162/99, de 14 de setembro, pelo Decreto-Lei nº315/2000 de 2 de dezembro e pelo Decreto-Lei nº84-A/2002, de 5 de abril, determina as Grandes Opções do Plano e Orçamento como documentos previsionais e obrigatórios a adotar pelas Autarquias Locais, sujeitos a elaboração e aprovação.

O Orçamento, o Plano de Atividades e o PPI para 2016 apresentado define de forma clara a estratégia adotada pela Junta de Freguesia, pelo cumprimentos dos objetivos propostos, de forma sustentável, procurando dar resposta ás constantes necessidades da população, sem prejuízo do indispensável rigôr e contentação necessária, por forma a garantir o respetivo equilibrio orçamental.

Desta forma, em em linha com os anos anteriores. a proposta de orçamento poderá traduzir-se, em termos genéricos e na essência da sua génese, nas orientações programáticas traçadas no ínicio de mandato, enquanto princípio de proximidade consubstanciada num projecto político, traduzida na resposta a estes mesmos problemas, em simultaneo com a percepção das dificuldades e necessidades preementes da população, com as oportunidades e com a participação e propostas vindas, quer da participação da população, quer dos eleitos de várias forças políticas.

Face ao atual contexto das Autarquias Locais, e em particular das freguesias, resultantes da sua decrescente participação nas receitas do estado, ferindo o príncipio constitucional da justa repartição entre os diversos orgãos de administração, bem como da nova LFL e Regime Júridico das Autarquias Locais, as opções do executivo da Junta de Freguesia assentam na continuidade das boas práticas de ações e projetos, na contenção de despesas, na rentabilização de recursos e meios próprios, e na aposta em novos projetos e ações que se caraterizem pela sua sustentabilidade, em proporcionalidade com o serviço público e de proximidade prestado.

Aguardamos com expectativa uma alteração na politica de financiamento e de competências das autarquias locais, e neste caso concreto das próprias freguesias, por forma a responder a todas e efetivas necessidades da população.

[...] vemo-nos completamente asfixiados e sem condições de pôr em prática outras ações e iniciativas que em qualquer outro patamar da administração terão a mesma eficiência [...]

Em verdade, com o atual regime de participação das freguesias nos impostos do estado, e sem prejuízo da coerente e cuidada gestão dos fundos públicos que vamos mantendo, vemo-nos completamente asfixiados e sem condições de pôr em prática outras ações e iniciativas que em qualquer outro patamar da administração terão a mesma eficiência.

Competindo, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 9° da Lei n° 75/2013 de 12 de setembro, à Assembleia de Freguesia, sob proposta da Junta, aprovar os documentos previsonais de gestão da Freguesia, Orçamento e Plano, de acordo com o disposto na alínea a) do nº 1 do artigo 16º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, o executivo da Junta de Freguesia submete à aprovação os referidos documentos, para o ano de 20156, os quais antecipam uma gestão coerente e rigorosa.

Em termos orçamentais, o valor de 600.300,00EUR encontrado, quer para a Receita, quer para a Despesa, foi calculado com base nos valores contabilizados para o presente ano, com as devidas projeções, resultantes de atualização de valores e de novas prestações de serviços.







O plano de atividades da Junta de Freguesia do Castelo identifica as principais linhas de atuação a desenvolver ao longo de 2016, face às suas próprias competências e prioridades, e face às atribuições atuais e previstas, delegadas pelo município. Continuaremos a desenvolver a nossa politica com vista à valorização de um serviço público de proximidade, desenvolvendo atividades para e com os cidadãos e em parceria com as entidades da freguesia e do concelho:

_Associativismo, Desporto e Juventude

- > Continuar com o apoio ao movimento associativo local, em atividades e projetos de interesse para a Freguesia, no âmbito do regulamento;
- Adquirir, também com base no RAMA, material e equipamento necessário ao desenvolvimento de atividades do movimento associativo;
- > Colaborar e apoiar o movimento associativo, através de apoio logístico e dos serviços operacionais da JF, na melhoria das suas instalações e equipamentos;
- > Promover, em parceria com os clubes e associações diversos eventos desportivos;
- Realizar, em conjunto com as entidades parceiras,
 o 6º Sesimbra Summer Cup, em futebol e futebol de praia;
- > Continuar com a manutenção e obras de requalificação nos polidesportivos descobertos, com particular incidência nos Campos de Ténis de Almoinha;
- > Cedência de viaturas ao movimento associativo, com base nas Normas de Cedência;
- > Promover, em conjunto com a CMS, atividades para a juventude na Freguesia do Castelo;
- > Desenvolver, em conjunto com várias asociações, iniciativas formativas, culturais e recreativas no Lugar da Terra, em particula na Sala de Formação;

_Educação, Formação e Ensino

> Efetuar a manutenção e requalificação dos estabelecimentos de ensino da rede pública e préescolar, bem como dos espaços verdes e espaços de jogo e recreio;

- > Realizar a Quinzena da Criança, no Espaço Zambujal e Estabelecimentos de Ensino;
- > Atribuir uma bolsa de estudo para o ensino superior, em parceria com o Rotary;
- > Realizar atividades socio-educativas regulares no Espaço Zambujal;
- > Continuar a promover o projeto Espaço... no teu Espaço e A escola no... Espaço;
- > Continuar a apoiar as escolas e associações de pais;
- > Participar no Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Sampaio;
- > Continuar com o Projeto Hora e Meia Apoio Pedagógico em Grupo;
- > Promover o projeto Férias@Espaço, destinado a jovens da freguesia;
- > Continuar a promover ações de formação nas mais diversas áreas;
- > Continuar a dinamizar a ginástica infantil e sénior no Espaço Zambujal;
- > Promover a realização de vários workshops e oficinas temáticas nas instalações da Junta de Freguesia;

Cultura e Turismo

- > Realizar passeios-convívio a teatros e outras atividades culturais, bem como visitas temáticas, destinadas particularmente à população sénior;
- > Continuar com a dinamização cultural do Espaço Zambujal e empreender um dinamismo de atividades no Lugar da Terra, que o possam afirmar como um dos elementos constantes no Roteiro Cultural da Freguesia;
- > Apoiar a edição de autores sesimbrenses;

- > Continuar a apoiar a realização de festas tradicionais e culturais da freguesia;
- > Promover as comemorações do 25 de Abril, em parceria com o movimento associativo, e dos 40 anos das primeiras eleições autarquicas livres;
- > Assinalar o Dia Mundial da Música, com concertos das Escolas de Música existentes;
- Apoiar as iniciativas culturais de cariz tradicional, popular e religioso;
- > Promover com a Paróquia do Castelo, o ciclo de concertos no Castelo de Sesimbra, cuja receita reverte para o restauro da imagem de Nª Srª da Consolação;
- > Retomar as comemorações dos Festejos de Nª Srª da Consolação do Castelo de Sesimbra, em parceria com a Paróquia do Castelo, incorporando as comemorações do Dia da Freguesia;
- > Aferir, em conjunto com as Paróquias de Castelo e Santiago, da possibilidade de realização de um evento de carater religioso de maior dimensão no santuário do Cabo Espichel;
- > Realizar uma intervenção de requalificação da zona envolvente ao pinheiro centenário, no Alto das Vinhas:
- > Colaborar com a Paróquia do Castelo na possibilidade de criação do Núcleo Museológico do Santuário do Cabo Espichel;

Ação Social, Solidariedade e Saúde

- > Apoio às IPSS's ao nível dos seus projetos e iniciativas, no âmbito do RAMA;
- > Desenvolver atividades de formação e sensibilização no âmbito da saúde e soidariedade social;
- > Reformular e promover o trabalho junto do CLAS nomeadamente na procura de respostas sociais e locais, procurando resolver ou atenuar os problemas e necessidades encontradas;
- > Continuar como projeto "Oficina Domiciliária";
- > Apoiar o projeto "Hiper's com Responsabilidade

Social", com a cedência de viatura e combustível para recolha e distribuição de alimentos, bem como o apoio administrativo e logístico;

- > Continuar com o projeto Saude+
- > Continuar a colaborar com a USF do Castelo;
- Continuar a parceria com o IEFP para a apresentação de beneficiários de prestações de desemprego, na Junta de Freguesia;
- > Continuar com a parceria com o IEFP para a colocação de CEI e EE na Junta de Freguesia;
- > Apoiar o município na extensão do projeto Hortas Solidárias à freguesia;
- > Continuar com o projeto 4ªs-Feiras Sénior no Espaço Zambujal;
- > Reabilitaracessos a equipamentos públicos para pessoas de mobilidade reduzida;
- > Efectuar, em parceria com a GNR_GPE, a identificação de idosos em situação de isolamento e dificuldades sócio-económicas;

_Ambiente, Espaços Públicos e Espaços Verdes, e Delegação de Competências

- > Fomentar, através de hasta pública, a implementação de um quiosque no parque de merendas "João David", bem como na "Casinha de Santana"
- > Promover a limpeza urbana, de bermas e passeios, bem como o desentupimento de sumidouros e sarjetas, no âmbito do protocolo de delegação de competências, com aumento da área intervencionada, através de novo acordo de execução;
- > Proceder a pequenas reparações em pavimentos pedonais nos arruamentos da freguesia, de acordo com o protocolado com a CMS;
- > Promover obras de manutenção e requalificação de fontes, poços e fontanários, e continuar com a requalificação de novos elementos;
- > Requalificar os abrigos de passageiros;
- > Apoiar, em conjunto com a CMS, a dinamização a médio-prazo, da "área protegida local" e no âmbito

da Agenda 21 Local, promover projetos com vista à mobilidade pedonal, entre outros;

- > Realizar uma campanha de sensibilização ambiental, junto da população (código de conduta), em parceria com a CMS, sobre a deposição de lixos e entulhos;
- > Aprofundar, em conjunto com a CMS, os mecanismos de controlo de depósito de residuos verdes e monos, e a sua recolha;
- > Acompanhar e apoiar a CMS, na trasnformação do Parque de Campismo da Maçã, em zona de espaço público e de lazer para a população;

Atividades Económicas

- Continuar a promover, em parceria com a CMS e outras entidades a Zimbr'Outono e a Mostra de Maçã Camoesa;
- > Sugerir e incentivar à CMS o aprofundamento da remodelação da Zimbramel, em todas as suas vertentes organizacionais, por forma a reconquistar um espaço de referência de produtos locais;
- > Promover, em conjunto com outras entidades, campanhas de incentivo a compras no comércio local;
- > Realizar atividades de dinamização do espaço público, como a Mostra de Artesanato, pela freguesia;
- > Proceder à divulgação, dos locais onde exista atividade económica de cariz tradicional, e potenciar a sua existência no âmbito do novo espaço "Lugar da Terra":

_Trânsito, Sinalização, Segurança e Proteção Civil

- > Colocar novas placas toponímicas, em particular nas localidades do Zambujal e Lagoa de Albufeira, e requalificar e manter as existentes;
- > Colaborar com o Serviço Local de Proteção Civil, com a disponibilização de recursos humanos, para campanhas de sensibilização e ações de formação, bem como aprofundar da participação dos meios da JF em situações necessárias;
- > Colaborar com a CMS na designação de novos

topónimos;

- > Colaborar com a CMS na manutenção e colocação de sinalização vertical e horizontal.
- > Colaborar com as entidades competentes com vista à melhoria das acessibilidades rodoviárias e pedonais junto aos equipamentos educativos e outros, em particular na zona de Sampaio, e acompanhar em conjunto com a CMS o projeto de mobilidade para a freguesia e de pavimentação de vias de comunicação;
- > Promover, em conjunto com a Câmara Municipal, na implementação de redes pedonais e cicláveis na freguesia, em particular através da Carta Desportiva do PNA, fomentando o turismo de natureza;

_Instalações, Património, Administração Geral e Comunicação/Participação

- > Continuar a requalificar as instalações da Freguesia;
- > Continuar a adquirir equipamento necessário ao desempenho das funções operacionais, administrativas e técnicas;
- > Editar o Boletim da Junta de Freguesia, com uma periodicidade regular;
- > Implementar novos normativos para o bom funcionamento dos serviços;
- > Promover com a Paróquia do Castelo, o ciclo de concertos no Castelo de Sesimbra, cuja receita reverte para o restauro da imagem de Nª Srª da Consolação;



3

Resumo do Orçamento





Resumo do Orçamento

PRINCIPIOS ORÇAMENTAIS E REGRAS PREVISIONAIS

O Orçamento apresenta a previsão anual das receitas e das despesas, de acordo com as contas e clssificador económico em vigor para as autarquias locais.

A elaboração de documentos previsionais, como o orçamento presente, devem por isso obedecer a princípios e regras previstas no POCAL (Plano Oficial de Contas das Autarquias Locais).

Foi nosso objetivo, ao longo do mandato anterior, e preparando o caminho para o futuro, procurar o maior rigor possível na classificação económica, com base em pareceres, memorandos e notas explicativas, dotando desta forma a Freguesia, e em particular os serviços de uma eficaz e coerente adaptação aos mecanismos e princípios contabísticos legalmente exigidos.

[...] O Orçamento das autarquias locais é único[...]

Os princípios orçamentais encontram-se enumerados no ponto 3.1 do POCAL, e são:

- 1. **Princípio da Independência** a elaboração, aprovação e execução do orçamento das autarquias locais é independente do Orçamento do Estado (ponto 3.1.1. a) do POCAL);
- 2. **Princípio da Anualidade** os montantes previstos no orçamento são anuais, coincidindo o ano económico com o ano civil (ponto 3.1.1. b) do POCAL);
- 3. **Princípio da Unidade** o orçamento das autarquias locais é único (ponto 3.1.1. c) do POCAL);
- 4. **Princípio da Universalidade** o orçamento compreende todas as despesas e receitas, inclusive as dos serviços municipalizados em termos globais, devendo o orçamento destes serviços apresentar-se em anexo (ponto 3.1.1. d) do POCAL);
- 5. **Princípio do Equilíbrio** o orçamento prevê os recursos necessários para cobrir todas as despesas, e as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes (ponto 3.1.1. e) do POCAL);
- 6. **Princípio da Especificação** o orçamento discrimina suficientemente todas as despesas e receitas nele previstas (ponto 3.1.1. f) do POCAL);
- 7. **Princípio da Não Consignação** o produto de quaisquer receitas não pode ser afecto à cobertura de determinadas despesas, salvo quando essa afectação for permitida por lei (ponto 3.1.1. g) do POCAL);
- 8. **Princípio da Não Compensação** todas as despesas e receitas são inscritos pela sua importância integral, sem deduções de qualquer natureza (ponto 3.1.1. h) do POCAL);



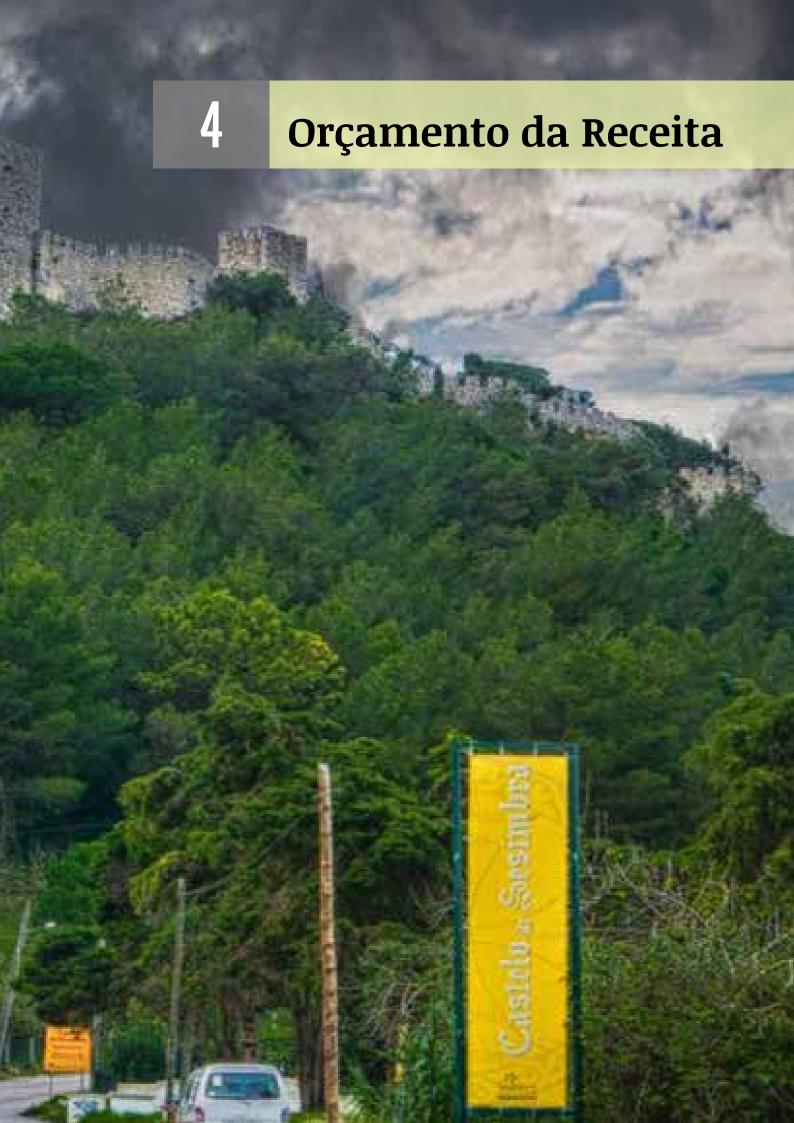
Resumo do Orçamento

RESUMO DO ORÇAMENTO DA RECEITA E DA DESPESA

As regras provisionais contidas no ponto 3.3 do POCAL e os dados disponíveis aquando da elaboração destes documentos relativos ao ano de 2015, bem como o histórico do ano anterior, e a adequação a novos projetos, serviram de base ao cálculo das Receitas e Despesas para o ano de 2016.

RECEITAS	MONTANTE	DESPESAS	MONTANTE
Correntes	594.000,00	Correntes	551.000,00
Capital	6.100,00	Capital	49.300,00
Outras receitas	200,00		
TOTAL	600.300,00	TOTAL	600.300,00







A receita prevista para o ano de 2016 é de 600.300,00EUR, sendo que a receita corrente representa 594.000,00EUR, a receita de capital 6.100,00EUR e outras receitas 200,00EUR.

A tabela seguinte ilustra a previsão de arrecadação de receita para o próximo ano económico.

RECEITA PREVISIONAL	VALOR
CORRENTE	594.000,00
Impostos diretos	56.000,00
Impostos indiretos	100,00
Taxas multas e outras penalidades	13.200,00
Rendimentos de propriedade	150,00
Transferências correntes	451.750,00
Venda de bens e serviços correntes	72.700,00
Outras receitas correntes	100,00
CAPITAL	6.100,00
Transferências de capital	6.100,00
OUTRAS RECEITAS	200,00
Reposições não abatidas nos pagamanentos	200,00
TOTAL da RECEITA	600.300,00

Da análise do quadro verifica-se que as transferências correntes representam cerca de 75,25% da previsão de receita total, o que demonstra uma forte dependência da autarquia relativamente a terceiros (comparativamente à receita própria), nomedamente no que diz respeito às transferências do Orçamento de Estado (FFF e Estatuto Remuneratório), e Câmara Municipal de Sesimbra (Protocolos), para além das transferências ao abrigo das candidaturas ao IEFP

De referir, no entanto, que o valor da previsão das receitas correntes é superior ao previsto nas despesas correntes, o que significa que a Junta de Freguesia prevê arrecadar a receita necessária para cobrir as despesas previstas, garantindo dessa forma uma equílibrio das contas correntes, bem como um supravit para investimento.

Receitas Correntes

_Impostos diretos

A Lei 73/2013 (nova LFL) prevê uma receita para as freguesias respeitante a 100 % da receita de arrecadação do IMI rústico, e 1% de IMI URBANO sobre prédios existentes na área territorial da freguesia. No ano de 2016, prevê-se receber cerca de 56.000,00EUR.

_Impostos indiretos

Espera-se que em 2016 deverão estar definitivamente concluídos os processos que possa levar a cessão do quiosque no parque de merendas "João David". Dessa cessão prevê-se arrecadar cerca de 200,00 EUR.

_Receitas próprias

As receitas próprias da Junta de Freguesia traduzemse pelo produto da cobrança de taxas provenientes da prestação de serviços, como o sejam o registo e licenciamento de canídeos, emissão de atestados, certidões e outros atos administrativos.

E também pela venda de bens e serviços correntes, onde se incluem a cedência de instalações e viaturas, trabalhos efectuados por conta do cliente, passeios sénior, atividades desportivas, culturais e formativas ou certificação de fotocópias.

_Receitas da Administração Central

De acordo com o OE para 2015, a transferência para a Junta de Freguesia do Castelo cifra-se em cerca de 200.000,00EUR, através do FFF, para fazer face às despesas correntes da Junta de Freguesia.

Não sendo conhecido o OE2016 foi incluído o valor de 2015 na estimativa orçamental

Verifica-se, no entanto, uma diminuição crescente desta participação, ao longo dos últimos anos, sendo que este valor, é inferior ao recebido em 2004.

O estatuto remuneratório dos eleitos locais cifrase em cerca de 30.000,00EUR, correspondente ao encargo a suportar pelo Orçamento de Estado, relativo aos membros da Junta de Freguesia em exercício de funções em regime de permanência a tempo inteiro.

Através do protocolo com o IEFP para apresentação dos beneficiários de prestações de desemprego, foi previsto receber, durante o ano de 2016, cerca de 5.000,00EUR, e no âmbito das candidaturas CEI e CEI+, cerca de 6000,00EUR

No âmbito das transferências correntes estão ainda previstas arrecadar receitas provenientes dos donativos de empresas e particulares para projetos de caráter social, cultural e desportivo, cerca de 5000,00EUR

Finalmente, está também prevista a arrecadação da ultima tranche da candidatura ao PRODER – Recuperação da Memória Coletiva da Freguesia, bem como da nova candidatura ao Museu Rural, resultante da comparticipação do IFAP.

_Receitas da Administração Local

No âmbito dos protocolo de delegação de competências, entre a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal, está prevista a verba de 200.000,00EUR, ao abrigo dos acordos de execução, ou seja um aumento de cerca de 35.000,00EUR, face ao ano anterior. Ainda da CMS prevê-se arrecadar as transferências respeitantes ao recenseamento eleitoral.

_Receitas de Capital

Neste âmbito estão apenas contabilizadas as verbas de comparticipação do município para investimento, nomeadamente a aquisição de placas toponímicas, que totalização cerca de 5000,00EUR, e abrigos de passageiros, em cerca de 1000,00EUR.

_Outras Receitas

As reposições não abatidas nos pagamentos abrangem as receitas resultantes das entradas de fundos na tesouraria, em resultado de pagamentos não utilizados na sua globalidade, no ano anterior.

ORÇAMENTO DA RECEITA

Ano: 2016 (Unidade: EUR)

	RECEITAS CORRENTES	
01	Impostos directos	56.000,00
01 02	Outros	56.000,0
01 02 02	Imposto Municipal sobre Imóveis - IMI	56.000,0
02	Impostos indirectos	100,0
02 02	Outros	100,0
02 02 06	Impostos indirectos específicos das autarquias locais	100,0
02 02 06 01	Mercados Quiosques e Feiras	100,0
04	Taxas, multas e outras penalidades	13.200,0
04 01	Taxas	12.950,0
04 01 23	Taxas específicas das autarquias locais	12.950,0
04 01 23 04	Registo e licenciamento de canídeos	8.500,0
04 01 23 99	Outras	4.450,0
04 01 23 99 02	Atestados, Certidões e outros atos	4.200,0
04 01 23 99 03	Caça, uso e porte de arma	250,0
04 02	Multas e outras penalidades	250,0
04 02 04	Coimas e penalidades por contra-ordenações	250,0
05	Rendimentos da propriedade	150,0
05 02	Juros - Sociedades financeiras	150,0
05 02 01	Bancos e outras instituições financeiras	150,0
06	Transferências correntes	451.750,0
06 01	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	5.000,0
06 01 02	Privadas	5.000,0
06 01 02 01	Donativos de Entidades ao abrigo do EBF	5.000,0
06 03	Administração central	241.150,0
06 03 01	Estado	230.050,0
06 03 01 04	DGAL - Fundo de Financiamento das Freguesias	200.000,0
06 03 01 05	Eleitos Regime de Permanencia	30.000,0
06 03 01 09	Programa Equipamentos	50,0
06 03 06	Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados	100,0
06 03 06 01	Programa - Estágios Profissionais	50,0
06 03 06 03	IFAP - Proder	50,0
06 03 07	Serviços e fundos autónomos	11.000,0
06 03 07 01	IEFP - Apresentação de Beneficiários de Prestações de Desemprego	5.000,0
06 03 07 02	IEFP -Comparticipação CE , CEI+ e EE	6.000,0
06 05	Administração local	205.500,0
06 05 01	Continente	205.500,0
06 05 01 01	CMS -Protocolo de Delg.Competências - Geral	200.000,0
06 05 01 02	CMS - Protocolo de Comparticipação Financeira	50,0
06 05 01 03	CMS - Outros	50,0
06 05 01 04	Recenseamento Eleitoral	400,0
06 05 01 05	Eleições	5.000,0
06 08	Donativos	100,0
06 08 01	Donativos de particulares ao abrigo do EBF	100,0
07	Venda de bens e serviços correntes	72.700,00
07 01	Venda de bens	200,00
07 01 03	Publicações e impressos	50,0

ORÇAMENTO DA RECEITA

Ano: 2016 (Unidade: EUR)

Código	Designação	Montante
07 01 99	Outros	150,00
07 02	Serviços	72.500,00
07 02 01	Cedência de espaços e equipamentos	100,00
07 02 06	Reparações	100,00
07 02 08	Serviços sociais, recreativos, culturais e de desporto	70.050,00
07 02 08 01	Frequência de Piscinas	50,00
07 02 08 02	Passeios Senior	2.500,00
07 02 08 03	Serviços culturais	65.000,00
07 02 08 03 01	Comparticipação Atividades Desportivas	65.000,00
07 02 08 04	Comparticipação Atividades Culturais, Educativas e Formativas	2.500,00
07 02 09	Serviços específicos das autarquias	2.250,00
07 02 09 03	Transportes colectivos de pessoas e mercadorias	1.500,00
07 02 09 03 03	Cedência de Transporte de pessoas e mercadorias	1.500,00
07 02 09 99	Outros	750,00
07 02 09 99 01	Certificação de Fotocópias	450,00
07 02 09 99 02	Serviços de Secretaria	200,00
07 02 09 99 03	Outros Serviços	100,00
08	Outras receitas correntes	100,00
08 01	Outras	100,00
08 01 99	Outras	100,00
08 01 99 01	Indemnizações por deterioração, roubo e extravio	100,00
	Total da Receita Corrente	594.000,00
	RECEITAS DE CAPITAL	
10	Transferências de capital	6.100,00
10 05	Administração local	6.100,00
10 05 01	Continente	6.100,00
10 05 01 02	CMS - Abrigos de Passageiros	1.000,00
10 05 01 03	CMS - Toponimia	5.000,00
10 05 01 04	CMS - Protocolos	100,00
	Total da Receita de Capital	6.100,00
	OUTRAS RECEITAS	
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	200,00
15 01		200,00
15 01 01	Reposições não abatidas nos pagamentos	·
130101	Reposições não abatidas nos pagamentos Total de Outras Receitas	200,00
		200,00
	Total Geral	600.300,00







A despesa prevista para o ano de 2016 é de 600.300,00EUR, sendo que a despesa corrente representa 551.000,00EUR e a despesa de capital 49.300,00EUR.

DESPESA PREVISIONAL	VALOR
CORRENTE	551.000,00
Despesas com pessoal	227.700,00
Aquisição de bens e serviços	271.800,00
Transferências correntes	51.100,00
Outras despesas correntes	400,00
CAPITAL	49.300,00
Aquisição de bens de capital	49.300,00
TOTAL da DESPESA	600.300,00

No domínio das despesas, também estas se dividem em Despesas Correntes e de Capital, com a seguinte distribuição:

Despesas Correntes

_Despesas com o pessoal

O valor das despesas com pessoal, onde se incluem todos os vínculos, incluindo os vencimentos dos orgãos autárquicos, pessoal do mapa, traduzem o valor de 227.700,00EUR.

De salientar que está contemplado no Mapa de Pessoal a abertura de procedimento para a contratação de 3 assistente operacionais, a termo resolutivo incerto, no âmbito da delegação de competências.

As despesas com as remunerações certas e permanentes ascendem a 164.900,00EUR, onde estão também incluídos na sua globalidade, os valores totais dos subsídios de férias e de natal.

Estão também englobados nesta rúbrica os subsídios de alimentação dos CEI, CEI+ e EE, bem como os seguros de acidentes pessoais dos mesmos.

	Cargo	ob.		_	N° de Postos de Trabalho	de Trabalho		
Atribuições/Competências/Atividades		·	Área de For- mação	Preenc	Preenchidos	A pre	A preencher	TOTAL
	Carreira	Categoria		CTI	CT	CTI	СТ	
Área de Secretaria/ Contabilidade e Tesouraria . Realizar atendimento ao público . Realizar registo e licenciamento de canideos . Realizar todo o trabalho administrativo . Elaborar e gerir a Contabilidade . Gerir a Tesouraria . Dar seguimento a todo o expediente da Junta Acompanhamento à Assembleia de Freguesia . Emitir atestados e declarações diversas . Elaborar actas . Organização de processos	Assist. Técnico	Assist. Tecnico	Escolaridade Obrigatoria	4	0	0	0	4
Sócio-Cultural da Biblioteca e Auditório do Es- paço Zambujal . Realização de actividades de caracter Iudico, social e cultural . Acompanhamento da CSF do Castelo . Gestão do posto de Acesso Publico à Internet	Tec. Superior	Tec. Superior	Licenciatura em Animação Educativa e Sócio-Cultural e Licenciatura em Educação Sócio - Profissional	7	0	0	0	7
Realização de trabalhos, no âmbito da Delegação de Competência s da CMS na JFC, nomeadamente: - Pequenas reparações e requalificações dos estabelecimentos de ensino; Requalificação de Bermas, Caminhos, Calçadas e Passeios; Colocação e reparação de abrigos de passageiros e placas toponímicas; Requalificação e Manutenção de Fontes, Poços, Fontanários e Polidesportivos Descobertos; - Outros trabalhos operacionais.	Assist. Operacional	Assist. Operacional	Escolaridade Obrigatória	0	* M	* M	0	* ©
			TOTAL	9	က	ო	0	12

MAPA DE PESSOAL

CTI - Contrato por Tempo Indeterminado CT - Contrato a Termo Resolutivo * Contratos de trabalho a termo resolutivo incerto ao abrigo da delegação de competências da CMS na JFC

Aquisição de bens e serviços

Neste agrupamento estão incluídas todas as despesas com os bens de consumo e serviços que dizem respeito, quer ao normal funcionamento da Junta de Freguesia, quer à conservação e manutenção de bens próprios e/ou no âmbito das atribuições da freguesia. Este agrupamento divide-se nos sub-agrupamentos:

Aquisição de bens

Reflete as despesas correntes necessárias ao funcionamento dos serviços, à manutenção de bens próprios e/ou resultantes das atribuições próprias ou delegadas da junta de freguesia, realizados pelos serviços da própria junta, bem como a aquisição de bens para funcionamento de atividades próprias ou de entidades. O valor é de 58.800,00EUR.

Aquisição de serviços

A aquisição de serviços representa um valor estimado na despesa de 213.000,00EUR, necessários à aquisição de serviços a terceiros, incluindo os contratos de avença.

Estão incluídos nesta rubrica os encargos com contratos de prestação de serviços, manutenção de instalações e equipamentos, comunicações, água, eletricidade, serviços de manutenção, seguros, assistência técnica, publicidade, entre outros, para além dos necessários em termos recreativos e culturais adjudicados a terceiros.

Transferências correntes

A rubrica de transferências correntes apresenta um valor consignado de 51.100,00EUR, na qual se inscrevem as comparticipações ao abrigo do Regulamento de Apoio ao Movimento Associativo, a atribuição de uma bolsa de estudo, o pagamento de protocolos de parceria no âmbito do Sesimbra Summer Cup, as restantes parcerias no âmbito das atividades sócio-culturais, os apoios às IPSS´s e Comissões de Festas e apoio a bolsa de voluntários, bem como as bosas de emprego (CEI e EE).

_Despesa de Capital

As despesas de capital representam um valor de 49.300,00EUR, estando repartidas pelos investimentos próprios nasi nstalações da Junta de Freguesia ou sobre a gestão da JF, para além do material, equipamento e ferramentas que se afigurem necessárias ao funcionamento.

Nos investimentos previstos em bens do domínio público estão previstos pequenos investimentos, em particular com a colocação de placas toponímicas, sinalização de património, polidesportivos, jardins, e outras pequenas intervenções executadas com recurso a empreitada, em particular no que diz respeito a mobilidade.

ORÇAMENTO DA DESPESA

Ano: 2016 (Unidade: EUR)

Código	Designação	Montante
	DESPESAS CORRENTES	
01	Despesas com o pessoal	227.700,00
01 01	Remunerações certas e permanentes	164.900,00
01 01 01	Titulares de orgãos de soberania e membros dos orgãos autárquicos	34.000,00
01 01 04	Pessoal dos Quadros - Pessoal em RCTFPTI	74.650,00
01 01 04 01	Pessoal em funções	74.500,00
01 01 04 02	Alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório	50,00
01 01 04 03	Alterações facultativas de posicionamento remuneratório	50,00
01 01 04 04	Recrutamento de Pessoal para npvos postos de trabalho	50,00
01 01 06	Pessoal em RTFPTR	21.650,00
01 01 06 01	Pessoal em funções	21.500,00
01 01 06 02	Alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório	50,00
01 01 06 03	Alterações facultativas de posicionamento remuneratório	50,00
01 01 06 04	Recrutamento de Pessoal para novos postos de trabalho	50,00
01 01 11	Representação	50,00
01 01 13	Subsidio de refeição	13.500,00
01 01 14	Subsídio de férias e de Natal	21.000,00
01 01 15	Remunerações por doença e maternidade / paternidade	50,00
01 02	Abonos variáveis ou eventuais	15.100,00
01 02 02	Horas extraordinárias	3.000,00
01 02 03	Alimentação e alojamento	50,00
01 02 04	Ajudas de custo	50,00
01 02 05	Abono para falhas	3.500,00
01 02 13	Outros suplementos e prémios	3.500,00
01 02 13 02	Outros (Senhas de Presença)	3.500,00
01 02 14	Outros abonos em numerário ou espécie	5.000,00
01 03	Segurança social	47.700,00
01 03 03	Subsídio familiar a crianças e jovens	300,00
01 03 05	Contribuições para a segurança social	43.500,00
01 03 05 01	Assistência na doença dos funcionários públicos (ADSE)	3.500,00
01 03 05 02	Segurança social do pessoal em regime de contrato de trabalho em funções públicas (RCTFP)	40.000,00
01 03 05 02 01	Caixa Geral de Aposentações	22.000,00
01 03 05 02 02	Segurança Social - Regime Geral	18.000,00
01 03 09	Seguros	2.400,00
01 03 09 01	Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	2.400,00
01 03 10	Outras despesas de segurança social	1.500,00

ORÇAMENTO DA DESPESA

Ano: 2016 (Unidade: EUR)

Código	Designação	Montante
01 03 10 99	Outras despesas de segurança social	1.500,00
02	Aquisição de bens e serviços	271.800,00
02 01	Aquisição de bens	58.800,00
02 01 02	Combustíveis e lubrificantes	10.000,00
02 01 02 01	Gasolina	2.000,00
02 01 02 02	Gasoleo	8.000,00
02 01 04	Limpeza e higiene	2.400,00
02 01 05	Alimentação - Refeições confeccionadas	4.800,00
02 01 06	Alimentação - Géneros para confeccionar	100,00
02 01 07	Vestuário e artigos pessoais	2.400,00
02 01 08	Material de escritório	2.600,00
02 01 09	Produtos químicos e farmacêuticos	50,00
02 01 10	Produtos vendidos nas farmácias	50,00
02 01 11	Material de consumo clínico	50,00
02 01 12	Material de transporte - Peças	50,00
02 01 15	Prémios, condecorações e ofertas	3.000,00
02 01 17	Ferramentas e utensílios	100,00
02 01 18	Livros e documentação técnica	100,00
02 01 19	Artigos honoríficos e de decoração	100,00
02 01 20	Material de educação, cultura e recreio	7.000,00
02 01 21	Outros bens	26.000,00
02 02	Aquisição de serviços	213.000,00
02 02 01	Encargos das instalações	6.100,00
02 02 01 01	Água	1.300,00
02 02 01 02	Electricidade	4.800,00
02 02 02	Limpeza e conservação	4.800,00
02 02 03	Conservação de bens	12.500,00
02 02 09	Comunicações	8.000,00
02 02 10	Transportes	3.500,00
02 02 12	Seguros	4.550,00
02 02 12 01	Seguros de Viaturas	3.500,00
02 02 12 02	Seguros de Actividades	500,00
02 02 12 03	Seguros de Instalações e Equipamentos	500,00
02 02 12 04	Outros Seguros	50,00
02 02 13	Deslocações e estadas	50,00
02 02 14	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	4.400,00
02 02 15	Formação	300,00

ORÇAMENTO DA DESPESA

Ano: 2016 (Unidade: EUR)

Código	Designação	Montante
02 02 16	Seminários, exposições e similares	1.000,0
02 02 17	Publicidade	2.500,0
02 02 18	Vigilância e segurança	2.400,0
02 02 19	Assistência técnica	7.000,0
02 02 20	Outros trabalhos especializados	8.000,0
02 02 22	Serviços de saúde	800,0
02 02 24	Encargos de cobrança de receitas	200,0
02 02 25	Outros serviços	146.900,0
02 02 25 01	Diversos - Actividade da JF	56.000,0
02 02 25 02	Serviços Especializados de manutenção e apoio	89.000,0
02 02 25 03	Outros Serviços	1.900,0
04	Transferências correntes	51.100,0
04 03	Administração central	500,0
04 03 05	Serviços e fundos autónomos	500,0
04 03 05 01	Estabelecimentos de Ensino	500,0
04 05	Administração local	1.500,0
04 05 01	Continente	1.500,0
04 05 01 05	Associações de Freguesias	1.500,0
04 07	Instituições sem fins lucrativos	42.300,0
04 07 01	Instituições sem fins lucrativos	42.300,0
04 07 01 01	Solidariedade Social	3.200,0
04 07 01 02	Cultura, Recreio e Desporto	35.000,0
04 07 01 03	Comissões de Festas	4.000,0
04 07 01 99	Outras	100,0
04 08	Famílias	6.800,0
04 08 02	Outras	6.800,0
04 08 02 01	Voluntariado	500,0
04 08 02 02	Associações de Pais e Encarregados de Educação	200,0
04 08 02 03	Bolsas CEI e Estágios	6.000,0
04 08 02 04	Outros	100,0
06	Outras despesas correntes	400,0
06 02	Diversas	400,0
06 02 03	Outras	400,0
06 02 03 04	Serviços bancários	400,0
	Total das DESPESAS CORRENTES	551.000,0
	DESPESAS DE CAPITAL	

ORÇAMENTO DA DESPESA

Ano: 2016 (Unidade: EUR)

Código	Designação	Montante
07	Aquisição de bens de capital	49.300,00
07 01	Investimentos	24.600,00
07 01 03	Edifícios	4.000,00
07 01 03 01	Instalações da Junta de Freguesia	4.000,00
07 01 04	Construções diversas	2.000,00
07 01 04 01	Construções Diversas	2.000,00
07 01 06	Material de Transporte	7.000,00
07 01 06 03	Viaturas Operacionais	7.000,00
07 01 07	Equipamento de informática	1.000,00
07 01 08	Software de Informática	500,00
07 01 09	Equipamento administrativo	2.000,00
07 01 10	Equipamento básico	100,00
07 01 10 01	Equipamento basico	100,00
07 01 11	Ferramentas e utensílios	8.000,00
07 03	Bens de domínio público	24.700,00
07 03 02	Edificios	11.000,00
07 03 02 02	Instalações Desportivas e Recreativas	9.000,00
07 03 02 05	Escolas	2.000,00
07 03 03	Outras construções e infraestruturas	12.000,00
07 03 03 01	Viadutos, arruamentos e obras complementares	2.000,00
07 03 03 05	Parques e Jardins	5.000,00
07 03 03 09	Sinalização e Trânsito	5.000,00
07 03 05	Bens do património histórico, artístico e cultural	200,00
07 03 05 01	Fontes, Poços e Fontanários	100,00
07 03 05 02	Sinalização do Património	100,00
07 03 06	Outros bens de domínio público	1.500,00
07 03 06 01	Abrigos de Passageiros	1.500,00
	Total das DESPESAS DE CAPITAL	49.300,00
	Total Orgão 01 00 00	600.300,00
	Total Geral	600.300,00







Conclusão

Podemos afirmar que o Orçamento e Opções do Plano para o ano económico de 2016, da Junta de Freguesia do Castelo, é um orçamento equilibrado, realista e sustentável, o qual foi elaborado em estimativas realistas e ponderadas, no campo da receita.

As receitas correntes superam as despesas correntes, garantindo assim uma gestão coerente com as propostas apresentadas.

Numa conjuntura díficil e num quadro de subfinanciamento por via do FFF cumpre-nos adoptar os procedimentos de continuidade de iniciativas que se traduzem estritamente numa mais-valia para as populações, e no cumprimentos das áreas delegadas pelo município, para além das novas acções com as quais nos compremeteremos.

Encaramos os desafios que se nos afiguram para 2016, com a expectativa de que com eficácia, dinamismo e criatividade, quer na redução de despesa, quer na obtenção de receita, mas sobretudo na sustentabilidade de iniciativas, conseguiremos continuar com o trabalho realizado, reforçando o papel de proximidade da junta de freguesia.

[...] Encaramos os desafios que se nos afiguram para 2016, com a expectativa de que com eficácia, dinamismo e criatividade, quer na redução de despesa, quer na obtenção de receita, mas sobretudo na sustentabilidade de iniciativas, conseguiremos continuar com o trabalho realizado, reforçando o papel de proximidade da junta de freguesia.

